

DESCRIÇÃO PRELIMINAR DAS PREPOSIÇÕES EM VERBOS DE MOVIMENTO NA ESCRITA FORMAL DO PORTUGUÊS DE ANGOLA¹

Romário da Encarnação Bomfim²

RESUMO

Neste artigo, pretendemos apresentar uma descrição preliminar das preposições selecionadas em verbos de movimentos na variedade angolana do português, a partir de produções escritas de dois gêneros textuais: reportagens de jornal e um texto literário. Segundo Castilho (2010: 583), as preposições são palavras invariáveis que atuam como núcleo do sintagma preposicional e localizam no espaço e no tempo os termos aos quais se ligam, atuando como operadores de predicação, isto é, fazem atribuições de propriedades semânticas às palavras que relacionam (CASTILHO, 2010: 584). Em relação aos domínios das preposições, diversos estudos apontam propriedades divergentes quando comparamos as variedades brasileira (doravante, PB) e europeia (doravante, PE) do português, principalmente quando relacionamos o seu uso na complementação de verbos de movimentos (MOLLICA, 1996; OLIVEIRA, 2005; AVELAR, 2006; TORRES MORAIS & BERLINCK, 2006; PIRES, 2010; dentre outros). Avelar (2017, p.15), por exemplo, aponta que nos verbos direcionais de movimentos como *ir*, *vir* e *chegar* o PB atesta uma elevada frequência da preposição *em*, em detrimento da preposição *a*, largamente usada no PE, não desconsiderando, também, a preposição *para*, presente nas duas variedades. Avelar também nos chama a atenção para o uso de *a* estar relacionada a um possível estilo formal, ao contrário do uso de *em* para situações espontâneas. Apresentamos, então, como essas preposições estão presentes na variedade do português angolano (doravante, PA) a partir de dados que contemplem a modalidade escrita da língua, que pressupõe uma certa formalidade e uso de uma norma linguística distinta da fala, em algumas ocasiões.

Palavras-chave: língua portuguesa - gramática; língua portuguesa - preposições; língua portuguesa - verbos.

ABSTRACT

In this article, we intend to present a preliminary description of the prepositions selected in verbs of movements in the Angolan variety of Portuguese, based on written productions of two textual genres: newspaper reports and a literary text. According to Castilho (2010: 583), prepositions are invariable words that act as the nucleus of the prepositional phrase and locate in space and time the terms to which they are linked, acting as predication operators, that is, attributing semantic properties to the words involved in this relation (CASTILHO, 2010: 584). Regarding the domains of prepositions, several studies point out divergent properties when comparing the Brazilian (henceforth, PB) and European (henceforth, PE) varieties of Portuguese, especially when we relate their use in the complementation of verbs of movements (MOLLICA, 1996; OLIVEIRA, 2005; AVELAR, 2006; TORRES MORAIS & BERLINCK, 2006; PIRES, 2010; among others). Avelar (2017, p.15), for example, points out that BP in directional verbs of movements such as *ir*, *vir*, and *chegar* attests to a high frequency of the preposition *em*, to the detriment of the preposition *a*, widely used in EP, not disregarding, also, the preposition *para*, present in both varieties. Avelar also draws our attention to the use of *a* to be related to a possible formal style, as opposed to the use of *em* for spontaneous situations. We then present how these prepositions are present in the variety of Angolan Portuguese (hereinafter, PA) based on data that contemplate the written modality of the language, which presupposes a certain formality and the use of a linguistic norm distinct from speech, on some occasions.

Keywords: Portuguese language - grammar; Portuguese language - prepositions; Portuguese language - verbs.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Wânia Miranda Araújo da Silva.

² Graduando em Letras - Língua Portuguesa pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, diversos trabalhos apontaram as diferenças e aproximações nas gramáticas do PB e do PE para variados fenômenos linguísticos. Em relação às preposições, também tivemos diversos trabalhos que descreveram e analisaram seus usos.

De modo geral, podemos tomar as preposições como uma classe morfossintática fechada, ou seja, uma classe em que há baixa possibilidade de criação de novos membros, ao contrário do que encontramos nas classes abertas, como o verbo e o substantivo, por exemplo. Para Castilho (2010, p.583), as preposições são palavras invariáveis que atuam como núcleo do sintagma preposicional. Ainda segundo o autor, contrariamente ao que aponta alguns gramáticos, a preposição não é uma classe esvaziada de sentido, pois localiza no espaço e no tempo os termos aos quais se ligam, atuando como operadores de predicação, isto é, fazem atribuições de propriedades semânticas às palavras que relacionam (CASTILHO, 2010, p.584).

As preposições fazem parte do processo de complementação verbal ao constituírem o sintagma preposicional (SP) requerido como argumento de alguns tipos de verbos. Dentre esses verbos, podemos considerar os verbos de movimento.

Os verbos de movimento, ou direção, aqui são considerados como verbos que envolvem o deslocamento da “figura” em direção a um “ponto de referência”, sendo a “figura” representada pelo sujeito verbal, ou seja, é o sujeito que se desloca ao “ponto de referência” (CASTILHO, 2010, p.593). São verbos de movimento: ir, vir, chegar, seguir, partir, caminhar, dirigir-se, viajar, passar, entrar, sair, mudar-se, transferir-se etc., conforme vemos a seguir:

(1) A criança deve ir o mais cedo possível à escola, entendeu?³

Em (1), temos a locução verbal “deve ir” funcionando como um verbo de movimento, sendo “a criança”, sujeito da oração, a figura que se desloca para o ponto de referência “escola”. Em (1), temos o ponto de referência introduzido pela preposição “a”.

Para a língua portuguesa, diversos trabalhos se debruçaram sobre os verbos de movimento e as especificidades presentes no PB e no PE para a complementação direcional desses verbos (MOLLICA, 1996; OLIVEIRA, 2005; AVELAR, 2006, 2017; TORRES MORAIS & BERLINCK, 2006; PIRES, 2010; dentre outros). Segundo Santos (2017, p.146) essa singularidade pode ser vista nos complementos com as preposições “para” em detrimento

³ Castilho (2010, p.594), dado 19(a), renumerado.

do recuo da preposição “a” e, sobretudo, a introdução de complementos direcionais com a preposição “em”, inerentemente locativa⁴:

- (2) Eu fui À igreja. PB: ok/PE: ok
- (3) Eu fui PARA a igreja. PB: ok/PE: ok
- (4) Eu fui NA igreja. PB: ok/PE*

Convém atentarmos que a língua portuguesa não se limita ao eixo Brasil-Portugal, ou ao âmbito América-Europa. O português também é a língua de estatuto oficial, no continente africano, em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Moçambique e São Tomé e Príncipe, embora tenha status diferentes em cada país, seja como língua materna, segunda língua, língua estrangeira ou de uso comercial etc. Assim, é importante que estudos de descrição e análise linguísticas também contemplem essas variedades de português presentes em África.

Avelar (2017) é um destes trabalhos que busca descrever e analisar as variedades afro-portuguesas⁵. Ao analisar as preposições usadas na complementação de alguns verbos de movimento em afro-variedades do português, o autor considera o uso da preposição “a” (5) e “para” (6) na introdução dos complementos verbais como traços conservadores, já que se fazem presentes no PE, diferente das que ele considera como traços inovadores, como complementos direcionais introduzidos por “em” (7), “para” e “em” (8) e complementos direcionais sem preposição (9)⁶:

- (5) já fui A Ponta Negra (Cabinda/Angola)
- (6) já fui PRA Luanda (Cabinda/Angola)
- (7) dois mil e onze eu vim já aqui NO Zenze (Cabinda/Angola)
- (8) vou para lá EM casa dele (Maputo/Moçambique)
- (9) vou igreja (Cabinda/Angola)

Assim, se nas descrições e análises linguísticas de dados orais percebem-se singularidades no uso das preposições junto aos complementos direcionais de verbos em

⁴ Santos (2017, p. 145), dados (1) a (3) e renumerados. Os destaques em caixa alta nas preposições são nossos. O sinal * indica uma sentença agramatical na língua.

⁵ Avelar (2017, p.17) delimita, em seu trabalho, as afro-variedades como dois conjuntos de variedades linguísticas: (i) variedades de português e espanhol faladas como primeira (L1) ou segunda (L2) línguas na África; e (ii) variedades de português e espanhol faladas em afro-comunidades da América Latina. O autor também pontua que entende por afro-comunidades o que é definido por Lucchesi, Baxter, Silva & Figueiredo (2009, p.75): aquelas formadas, em sua maior parte, por descendentes de escravizados africanos e que ocuparam regiões afastadas do interior do país (no caso, o Brasil), isolados e dependentes da agricultura.

⁶ Avelar (2017, p. 145), dados (4a), (5b), (6a), (7b) e (8b), respectivamente, e renumerados. Os destaques em caixa alta nas preposições são nossos.

movimentos, nosso trabalho objetiva averiguar como em um discurso escrito, no âmbito literário e da imprensa, que se pressupõe o uso de uma norma culta, ocorre – ou não a – essa diferenciação ou alternância de preposições no PA, aproximando-se dos traços conservadores, como o PE, ou traços inovadores, das demais afro-variedades do português nos termos de Avelar (2017).

Seguindo essa “Introdução”, o texto discorrerá sobre a situação da língua portuguesa em Angola considerando as dinâmicas sócio-históricas e aspectos linguísticos que a particularizam. Em seguida, tratamos sobre as preposições em verbos de movimento no PA e finalizamos o artigo com as considerações finais e as referências.

2 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTATUTO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM ANGOLA

O último censo realizado em Angola foi no ano de 2014 e, em relação às línguas presentes no país, os dados apontaram para uma diversidade linguística com as seguintes línguas entre as mais faladas: português (71%), umbundo (23%), quicongo (8%), quimbundo (8%) e chokwe (7%). Interessante notar que esses dados ratificam a predominância de línguas do grupo banto, embora a língua portuguesa seja predominante entre os angolanos.

Essa predominância da língua portuguesa em relação às línguas autóctones pode ser compreendida a partir do contexto colonial e das invasões portuguesas em alguns territórios africanos.

O período conhecido como “Era dos Descobrimentos”, iniciado no século XV, foi impulsionado, principalmente, por motivos econômicos e desejo de conquistar territórios além-mar. O contato inicial de Portugal com o então Reino do Congo⁷ não cumpriu com as expectativas da Coroa Portuguesa em encontrar metais e especiarias, por exemplo. Coube, então, o papel de Angola como um dos principais fornecedores de mão-de-obra escravizada que iria abastecer o mercado emergente de grandes plantações, principalmente, de cana-de-açúcar no Brasil. Por volta de 1730, mesmo que outros espaços colonizados tivessem envolvidos na dinâmica do mercado escravagista, Luanda e Benguela destacavam-se como dois polos de abastecimento de angolanos pare serem explorados além-mar (MILLER, 1999, p.22).

⁷ Espaço territorial que correspondente atualmente ao norte de Angola, ao enclave de Cabinda, a República do Congo e a parte ocidental da República Democrática do Congo.

Embora fosse Portugal que controlasse a empreitada colonial, a quantidade de portugueses em território angolano não era significativa e, desse modo, a língua portuguesa não gozava, ainda, de grande prestígio e, conseqüentemente, de grande circulação. As línguas bantas ainda eram as principais línguas de comunicação/circulação, como o quimbundo que, de 1620 a 1750, é a língua mais veiculada em Luanda (VENÂNCIO, 1996, p.51).

Esse processo de “africanização” cultural e linguística da então colônia portuguesa não é visto com bons olhos por Portugal. Em 1765, os portugueses iniciam um processo de imposição de medidas que buscassem restringir o uso das línguas africanas em uma emergente elite afro-portuguesa, privilegiando, portanto, a língua e a cultura europeia (ZAU, 2011, p.94).

O século XIX assiste um processo acelerado de colonização e, assim, intensifica-se a presença portuguesa em Angola. Essa presença em termos quantitativos terá impacto na promoção de um modelo europeu e que terá a língua portuguesa como um dos fatores dessa diferenciação social. E essa diferenciação social, imposta pelo colonialismo

vai provocar, entre outros efeitos, um rearranjo do relacionamento entre as línguas em presença. Instaura-se, então, uma nova dinâmica de convivência linguística com a superposição de um elemento crucial: a atitude das nações colonizadoras em relação às línguas locais. Atitudes diversas vão gerar políticas diversas de assimilação linguística, educacional e cultural, resultando, evidentemente, na valorização ou não das línguas africanas (PETTER, 2015, p.193).

A língua portuguesa, neste caso, portanto, será um dos elementos que definirá os papéis sociais dos angolanos entre “assimilados” e “indígenas”. Em termos gerais, o africano não civilizado era considerado um “indígena”, ao passo que o africano que passasse pelo processo de civilização levado a cabo pelos portugueses, adquiriria o status de “assimilado”. O processo de assimilação consistiria, então, no angolano dominar a língua portuguesa a partir da sua leitura, escrita e fala, além de “ter meios suficientes para sustentar a família, ter bom comportamento, ter a necessária educação e hábitos individuais e sociais, de modo a poder viver sob a lei pública e privada de Portugal [...]” (MAZULA, 1995, p. 97 apud LIBERATO, 2014, p. 1009).

Importa notar que a condição de “assimilado” e “indígena” era oficializada por Regulamentos, como o “Regulamento do recenseamento e cobrança do imposto indígena”, de 1938, substituído 16 anos depois pelo Decreto 39.666. Em ambas as “leis”, eram impostas diversas condições para que o indígena atingisse o status de “assimilado”, como, por exemplo, “ter abandonado inteiramente os usos e costumes da raça negra”, “ter bom comportamento e ter adquirido a ilustração e os hábitos pressupostos para a integral aplicação do direito público e

privado dos cidadãos portugueses”. Chama-nos a atenção que a questão linguística, em específico relacionado à língua portuguesa, tinha destaque nos dois documentos. No documento de 1938, decretava-se que o “assimilado” deveria “falar, ler e escrever correctamente a língua portuguesa”; no documento de 1954, exigia-se do “assimilado” um “falar correctamente a língua portuguesa” (NORÉ e ADÃO, 2003, p.104).

Essa divisão social entre “assimilados” e “indígenas” nos mostra, então, que em relação ao uso das línguas, em um espaço originalmente multilíngue, as línguas africanas ocupam uma posição desprivilegiada em relação ao português. Segundo Cá (2012, p.211), “só era permitido o ensino da língua portuguesa; nada se aprendia sobre as tradições literárias e artísticas dos povos angolanos, caboverdianos, guineenses, moçambicanos e são-tomenses, sobre sua história etc.”.

Uma tentativa de dissolver esse distanciamento entre as línguas nacionais e a língua portuguesa será posta em debate no pós-independência. Ao se tornar independente, em 1975, o então presidente de Angola, Agostinho Neto, toma o português como a língua oficial, pois “a língua portuguesa - por sua suposta neutralidade - poderia ser usada como bandeira de unificação nacional em um país marcado por heteroglossias, sob o lema de “um só povo, uma só nação” (SEVERO & MAKONI, 2015, p.45). No entanto, as línguas nacionais não são ignoradas e há ações oficiais do Estado para que haja o reconhecimento e valorização da importância das línguas autóctones, inclusive garantidos pela Constituição⁸ e pela criação do Instituto de Línguas Nacionais, em 1978.

Embora haja respaldos oficiais para a valorização e uso das línguas nacionais, não só em Angola, mas também nos recém países independentes, a língua portuguesa apresenta um uso generalizado e isso “tem tido várias repercussões sociolinguísticas, em especial o substancial crescimento do número de seus falantes como L-2, bem como o aumento dos que a têm como L-1” (FARACO, 2016, p.61).

Miguel (2008, p.40) nos chama a atenção que, atualmente, a língua portuguesa para os angolanos é tida como elemento de identidade do povo e não se trata mais de uma língua estrangeira, sendo língua segunda e língua primeira de muitos angolanos. Para a autora, quando os angolanos se apropriaram da língua portuguesa

⁸ Na Constituição da República de Angola, de 2010, há dois artigos que se referem diretamente às línguas. Artigo 19, intitulado “Línguas”:

1. A língua oficial da República de Angola é o português.
2. O Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional.

E o Artigo 21, intitulado “Tarefas Fundamentais do Estado”, que no décimo quarto item (letra (n)) discorre:

- n) Proteger, valorizar e dignificar as línguas angolanas de origem africana, como património cultural, e promover o seu desenvolvimento, como línguas de identidade nacional e de comunicação.

modicamo-la, adaptamo-la à nossa mundividência, submetemo-la às nossas necessidades comunicacionais, em consonância com a nossa idiossincrasia. Necessariamente, inevitavelmente, está a ficar impressa nela, a nossa angolanidade. A Língua Portuguesa está a angolanizar-se como, também, já se abrigou (MIGUEL, 2008, p.40).

As impressões de Miguel (2008) também são compartilhadas por Mingas (1998), Inverno (2009), Santos (2020), entre outros, que discutem a necessidade de afirmar uma variedade angolana do português a partir de suas especificidades linguísticas, nos mais diversos fenômenos linguísticos, e em intersecção com o contato linguístico junto às línguas nacionais que ainda se faz presente, além dos aspectos sócio-históricos que não podem ser ignorados.

3 PREPOSIÇÕES EM VERBOS DE MOVIMENTO NO PA: PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES

Conforme mencionamos na “Introdução”, as preposições são classificadas como elementos gramaticais de classes fechadas, ou seja, uma classe em que temos baixa possibilidade de criação de novos itens, dando um caráter de certa estabilidade para esta classe de palavras.

Em termos conceituais, a preposição pode ser definida como uma “palavra invariável que se põe, obrigatoriamente antes de uma unidade nominal e, unida a esta, dá origem a uma construção investida na função de adjunto ou de complemento” (AZEREDO, 2021, p. 211).

Entendemos “complemento”, aqui, como a relação estabelecida entre o verbo – um núcleo lexical – e seu argumento interno gerado dentro do sintagma verbal. Conforme apontam Ilari et al (2015, p.173), “os argumentos (ou complementos” são sintagmas necessários ao preenchimento dos lugares abertos pelo predador da sentença [...]”. O verbo, predador por excelência, é o responsável por estabelecer essa relação entre os “lugares abertos”, ou argumentos:

(10) João alimentou o peixe ontem à noite, sozinho, depois de chegar da faculdade, com a ração do potinho amarelo⁹.

⁹ Ilari et al (2015, p.173), dados (15) e (15') e renumerados.

(10') *[João] alimentou [o peixe] (ontem a noite), (sozinho), (depois de chegar da faculdade), (com a ração do potinho amarelo).

Em (10), o verbo “alimentar” funciona como o predicador e exige dois argumentos, representados pelos sintagmas nominais “João” e “peixe”, argumentos externo e interno, respectivamente. Assim, o verbo “alimentar” estabelece uma relação entre os itens que indicam “quem alimenta” e “o que é alimentado”. Os demais itens presentes na sentença, entre parênteses em (10'), são classificados como adjuntos, isto é, “termos circunstanciais ou acessórios e, portanto, irrelevantes para completar o sentido do verbo” (ILARI et al, 2015, p.173). Se considerarmos excluir os itens entre colchetes em (10'), teremos uma sentença agramatical justamente por violar a grade argumental do verbo “alimentar” e a relação por ele estabelecida entre os argumentos.

Tomando o verbo como o responsável pela seleção de seus argumentos, as preposições, a depender da natureza desse verbo, podem fazer parte da complementação verbal, como notamos nos verbos designados como de movimento.

Repetimos a definição de verbos de movimento citada anteriormente, qual seja, verbos em que se depreende o deslocamento da “figura” para um “ponto de referência”. Fazem parte desse grupo os verbos: ir, vir, chegar, seguir, partir, caminhar, dirigir-se, viajar, passar, entrar, sair, mudar-se, transferir-se etc. Vejamos mais um exemplo¹⁰:

(11) Seguimos brevemente para o Guarujá, onde vamos passar uns quinze dias.

Em (11), o verbo de movimento é representado por “seguir”. A figura, ou sujeito sentencial, “nós”, se desloca para o ponto de referência “Guarujá”. A preposição usada neste caso para introduzir o sintagma preposicional foi “para”.

A complementação destes verbos de movimento tem apresentado especificidades quando se observa o uso de preposições direcionais tanto no PB como no PE:

(12) a. Fui/Ceguei/Vim no cinema. PB: ok / PE: *

b. Fui/Ceguei/Vim ao cinema. PB: ok / PE: ok

¹⁰ Castilho (2010, p.594), dado (19b) e renumerado.

Se o emprego das preposições direcionais no PB e no PE apresentam distinções, é válido que nos debruçemos sob as variedades africanas do português e possamos verificar as aproximações e/ou distanciamentos entre essas variedades. Para Avelar (2017, p.16), por exemplo, o contraste no uso da preposição “em”, como apontado em (12), no PB e no PE, pode ser compreendido quando comparamos o comportamento similar do PB e o português falado na África para o uso dessa preposição. Essa comparação seria justificada, segundo Gonçalves (2010 apud AVELAR, 2017, p.16), pelo fato do português de Moçambique, objeto de análise da autora, receber a transferência de propriedades gramaticais das línguas banto, que são as línguas maternas desses falantes e aprendizes de português.

O contato linguístico, portanto, parece exercer um papel fundamental na especificação dessas variedades africanas do português. Trabalhos como de Mingas (2000), Miguel (2003, 2008), Chavagne (2005) e Inverno (2009) apresentam diferentes análises linguísticas que confirmam a interferência e transferência gramaticais de traços das línguas africanas locais no português falado em Angola¹¹.

Em relação aos usos das preposições, Mingas (2000) relata que em algumas regiões de Angola, onde o quimbundo também faz parte da realidade linguística dos falantes, “os bilíngues angolanos que se encontram ao nível do bilinguismo funcional não conseguem fazer a diferença entre as diversas funções [das preposições “para”, “em” e “a”] e produzem frases complexas”¹²:

(13) Vão depressa NA casa do camarada Nazário [em vez de: Ide depressa À casa...]

(14) Ainda antes de irem NA cama [em vez de: Antes de irem PARA A cama...]

(15) Começaram a contar NOS amigos [em vez de: Começaram a contar AOS amigos]

Para justificar o uso da preposição “em” nos dados de (13) a (15), Mingas chama a atenção para o fato de o quimbundo apresentar três morfemas no que diz respeito aos locativos (MINGAS, 2000, p.75):

(i) “ku”, que pode ser direcional (lugar distinto e distante) ou locativo (interioridade);

(ii) “mu”, que serve à expressão de interioridade;

iii) “bu”, que indica superposição.

¹¹ Quando nos referimos a português (falado em) de Angola, ou PA, alertamos o leitor de que estamos diante de uma generalização com a finalidade de apontar que determinado fenômeno ou construção está presente na variedade em estudo. Estamos cientes, portanto, de que os dados ora descritos não devem ser vistos como categóricos do PA, justamente pela falta de pesquisas que apontem para uma descrição/análise sistematizada do PA no âmbito de uma variedade culta ou popular, urbana ou do interior, de diferentes províncias etc.

¹² Mingas (2000, p. 76), dados (a-c), renumerados. Os destaques em caixa alta nas preposições são nossos.

Segundo Avelar (2017, p.29)

Para os adquirentes de português que tem o quimbundo como L1, parece não haver clareza quanto às correspondências entre as preposições locativo-direcionais portuguesas e os três morfemas locativos, o que vem resultando na generalização de “em” onde outras preposições seriam requeridas.

Mingas (2000, p.75) apresenta o morfema “ku” como recorrente nos mesmos padrões frásicos em que o item “em” se generalizou no PB, servindo tanto à expressão de direção quanto de interioridade¹³:

(16) nde kuna "vai para lá"

/nde/ku-na

ir + imperativo/locat. + dem

(17) mwene wala kubata "ele está em casa"

/mwene/w-ala/ku-(di)bata

ele/ele-estar+imperfectivo/locat.-casa

(18) mwene wamuya kubata "ele vai para casa"

/mwene/u-amuya/ku-(di)bata

ele/ele-ir+progressivo/locat.-casa

Para o português falado na região de Cabinda (Angola), em que grande parte dos falantes de português como L2 possuem a língua ibinda como materna, Avelar (2017) aponta que essa variedade apresenta tanto traços conservadores – dados (19) e (20) –, como traços inovadores – dados (21) e (22)¹⁴:

(19) Já fui A Ponta Negra.

(20) Já fui PRA Luanda.

(21) Dois mil e onze eu vim já aqui NO Zenze.

¹³ Mingas (2000, p. 75), dados (a-c), renumerados.

¹⁴ Avelar (2017, p. 20-21), dados (4a), (5b), (6a) e (8b), respectivamente, renumerados. Os destaques em caixa alta nas preposições são nossos.

(22) Vou igreja.

Os dados (19) e (20) são considerados conservadores por Avelar, pois apresentam um padrão de uso das preposições “a” e “para” largamente atestado no PE. Os dados (21) e (22) são considerados inovadores, pois apresentam o uso do complemento direcional “em” e a realização de complementação direcional sem preposição, respectivamente.

Para Avelar (2017, p. 30), as propriedades do quimbundo, apresentadas em (16)-(18), acima, também são representativas da língua ibinda, presente em Cabinda, e considerando a proximidade genética e geográfica entre as duas línguas, “o traço inovador relativo aos novos usos de em na região de Cabinda pode ter a sua emergência atribuída à transferência de propriedades da L1 para o português adquirido como L2”.

Santos (2017) ao analisar a regência do verbo “ir” no português de Luanda também chama a atenção para a semelhança encontrada nos dados angolanos e os dados para a variedade brasileira no que diz respeito ao baixo índice do uso da preposição “a” e a introdução da preposição “em” nos complementos direcionais. Segundo a autora, essa convergência entre o PB e o PA, no que concerne à regência do verbo “ir”

nos leva a considerar que o processo específico de transmissão linguística irregular pode, sim, ter desencadeado transferências de matrizes oracionais comuns a línguas bantas para o português adquirido como L2 por falantes nativos dessas línguas que transmitiram o input para várias gerações de falantes que adquiriram o português como L1 tanto no Brasil como em Angola (SANTOS, 2017, p. 168).

Assim, se nas descrições e análises linguísticas de dados orais¹⁵ percebem-se singularidades no uso das preposições junto aos complementos direcionais de verbos em movimentos, vamos buscar um levantamento de dados no discurso escrito, no âmbito literário e da imprensa angolana, e atestar se ocorre essa diferenciação ou alternância de preposições no PA, aproximando-se dos traços conservadores, como o PE, ou traços inovadores, das demais afro-variedades do português nos termos de Avelar (2017), mas a partir de uma produção escrita e formalizada.

¹⁵ Os dados apresentados por Míngas (2000) alternam-se entre produções escritas e dados orais coletados em Luanda. Os dados de Avelar (2017) são dados orais.

4 FALANDO UM POUCO DE NORMA

Para a realização de nosso trabalho, fizemos a seleção das preposições em dois tipos de fontes para a constituição de nosso corpus: i) a obra literária *Quem me dera ser onda*, de Manuel Rui, escrito em 1982; e ii) quatro reportagens do “Jornal de Angola”. Manuel Rui Alves Monteiro é um escritor angolano, autor de poesias, contos, romances e obras para o teatro. Nascido em Huambo, no ano de 1941, o escritor licenciou-se em Direito no ano de 1969, pela Universidade de Coimbra, Portugal. O Jornal de Angola é um jornal diário angolano publicado em Luanda. Este é o jornal mais antigo em circulação no país e, também, o de maior audiência. Este jornal é de propriedade da editora Edições Novembro e está sob o controle do Estado angolano desde 1975.

Ao selecionarmos essas fontes, estamos diante de dois gêneros textuais distintos em que a escrita se apresenta como forma de materialização da língua. É importante destacar, então, o que entendemos por gênero textual. Para Coutinho (2003 apud OLIVEIRA, 2010, p. 78), o gênero textual é uma “modalidade’ de comunicação histórica e socioconstitucionalmente definida”. Essa comunicação, portanto, será realizada

[pelos] textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas. [...] Alguns exemplos de gêneros textuais seriam: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem, aula expositiva, reunião de condomínio, notícia jornalística, horóscopo, receita culinária [...] (MARCUSCHI, 2008, p. 155).

Cada gênero textual apresenta um grau de formalidade ou registro/estilo. Assim, podemos ter um continuum da escala desse registro que seguiria por gêneros informais, semiformais, formais e ultraformais. A partir da escala de Vieira e Faraco (2019, p. 81), os dois gêneros que escolhemos para constituir nosso corpus se encaixariam na categoria “gênero semiformal” – o romance – e na categoria “gênero formal” – notícia/reportagem. A noção de “formalidade” e “informalidade” aqui colocadas não se referem a equivalência entre fala/informalidade e escrita/formalidade, mas, sim, ao contexto situacional de circulação do texto, o veículo em que é divulgado, perfil do público alvo etc. (VIEIRA; FARACO, 2019, p. 81).

Desse modo, é válido destacar a necessidade de que se estude e mapeie os fenômenos linguísticos em meios escritos, em especial, mas, não unicamente, “gêneros textuais principalmente dos domínios jornalístico e acadêmico, tomados como expressões de usos

cultos” (LIMA; VIEIRA, 2019, p.8). Os textos literários também seriam incluídos, ao nosso ver, nessa categoria de textos considerados “expressões de usos cultos”.

Para a compreensão de “norma culta”, é necessário, antes, considerar que toda comunidade linguística é constituída por um determinado conjunto de normas, justamente pela heterogeneidade das relações sociais que são estabelecidas no interior de cada comunidade (FARACO, 2008, p.37-38).

Ainda não temos estudos abrangentes, ou em números quantitativos, que versem sobre a diversidade constitutiva do PA. No entanto, não nos parece incongruente aproximarmos alguns fenômenos linguísticos do PA na definição de norma culta usada para o PB. Seguindo Faraco:

[norma culta] designa o conjunto de fenômenos linguísticos que ocorrem habitualmente no uso de falantes letrados em situações mais monitoradas de fala e escrita. Esse vínculo com os usos monitorados e com as práticas da cultura escrita leva os falantes a lhe atribuir um valor social positivo, a recobri-la com uma capa de prestígio social.

Por essa mesma razão, ela se tornou historicamente objeto privilegiado de registro, estudo e cultivo sociocultural. Esse processo produziu, no imaginário dos falantes, a representação dessa forma como uma variedade superior, como uma variedade melhor do que todas as demais (2008, p. 71).

Se considerarmos a definição de norma culta proposta por Faraco e fazermos um paralelo com o PA, precisamos trazer o conceito de “norma padrão”. A norma padrão é estabelecida quando há a necessidade de se produzir instrumentos linguísticos, como gramáticas e dicionários, para que funcionassem como uma norma unificadora e centralizadora. Em outros termos, a norma padrão “é uma codificação relativamente abstrata, uma baliza extraída do uso real para servir de referência, em sociedades marcadas por acentuada dialeção, a projetos políticos de uniformização linguística” (FARACO, 2008, p.73).

No PA, o que sempre tivemos foi a imposição de uma norma padrão desde o período colonial, conforme vimos quando discorremos sobre a situação da língua portuguesa em Angola, em específico, a divisão social de assimilados e indígenas. Sendo o português um dos fatores de ascensão social e todo o sistema de ensino sob responsabilidade do colonizador, percebe-se seu uso como modo de uniformização linguística, com o apagamento das línguas nacionais.

Atualmente, Bernardo (2017) discute a problemática da norma e da variação linguística no ensino angolano. O autor enfatiza que a especificidade do português falado no país, com diversas interferências resultantes do contato linguístico, “propicia o surgimento de uma variedade Português cujo sistema léxico, fonético e fonológico, construções sintáticas,

morfológicas e semânticas, não obedecem a norma do Português Europeu (PE)” (BERNARDO, 2017, p.39).

Segundo o autor, quando pensamos numa realidade multilíngue como a de Angola, não tem como encaixar prescrição/normatização, pois elas não se enquadram no contexto do qual se fala. Ou seja, a norma do PE que é ensinada nas escolas de Angola não espelha a realidade do uso linguístico angolano.

Parece-nos importante, portanto, atentarmos para os tipos de normas que constituem a comunidade linguística angolana e como surge uma norma culta e entendê-la a partir dessas especificidades sócio-históricas e linguísticas, em especial, a situação de contato linguístico e o papel da interferência das línguas autóctones nesse processo, tanto em sua manifestação oral quanto escrita.

Ao privilegiarmos dois tipos de gêneros textuais, classificados quanto aos graus de formalidade como semiformal e formal, tradicionalmente considerados como expressões cultas, também pretendemos analisar se, no contexto angolano, podemos destacar um cenário de diglossia, entendida como a situação em que numa comunidade linguística coexistem duas variedades da mesma língua.

5 PREPOSIÇÕES EM VERBOS DE MOVIMENTO NO PA EM SUA MODALIDADE ESCRITA

Na obra *Quem me dera ser onda* foram encontrados os seguintes verbos de movimentos: dar, chegar, caminhar, correr, andar, entrar, descer, sair e ir. Juntamente a esses verbos de movimentos, foram utilizadas as preposições “para”, “a”, “em” e “de”:

Preposição A

- (23) [restos de carne] que servem para dar A cães.
- (24) por fim chegaram À varanda.
- (25) Ruça foi À porta.
- (26) E sempre em corrida desceram as escadas até AO segundo andar.

Preposição PARA

- (27) O homem correu PARA a porta.

Preposição EM

(28) Diogo atravessou a sala comum, chegou NA varanda larga.

(29) Eu não vou entrar EM casa.

(30) Depois desceram EM casa de Beto já com um rascunho.

(31) Foi NA cozinha e trouxe a resposta.

Preposição DE

(32) As donas a sair DAS portas numa azáfama de bloquear a passagem ao bandido.

A partir dos dados apresentados, de (23) a (32), notamos que todos os verbos de movimento envolvem o deslocamento da “figura” para um “ponto de referência”, que são introduzidos por um sintagma preposicional. Seguindo a definição de Avelar (2017), tivemos o uso do complemento direcional com “traços conservadores”, que podem ser vistos nos dados com as preposições A (dados de (23) a (26)) e PARA (dado (27)). Também tivemos, no entanto, o uso da preposição EM, o que seria, em alguns casos, um “traço inovador” em relação ao uso dessa preposição em sintagmas preposicionados direcionais.

Os usos inovadores estão exemplificados nos dados:

(i) dado (28), quando há a substituição da preposição A – v. regência do verbo “chegar” – pela preposição EM;

(ii) dado (30), quando há a substituição da preposição ATÉ – v. regência do verbo “descer” – pela preposição EM;

(iii) dado (31), quando há a substituição da preposição A ou PARA – v. regência do verbo “ir” – pela preposição EM.

Os dados (28), (30) e (31) parecem apontar para a generalização que atestamos no PB quando do uso da preposição “em” para expressar direção e interioridade. Esses dados se aproximam, portanto, do morfema “ku”, do quimbundo – cf. dados (16) a (18) – apontado por Mingas (2000) e que pode nos dar “pistas” de uma possível interferência da língua banto em contato com o PA.

O dado (29) mantém o “traço conservador” ao respeitar a regência do verbo “entrar” conforme preconiza a norma padrão fazendo uso da preposição “em”. Embora nos estudos dos verbos de movimentos e o uso das preposições não tivemos diante da preposição “de”, o dado

(32) também parece ser o caso de um “traço conservado” ao fazer o uso da preposição junto ao verbo “sair”.

Nas reportagens do “Jornal de Angola”, levantamos apenas os seguintes verbos de movimentos: chegar, mudar e regressar. Para esses verbos, também foram utilizadas as preposições “para”, “em” e “a”:

Preposição A

(33) Você lembra o que viveu quando chegou À capital?

(34) Donald Trump sonha regressar à Casa Branca.

Preposição PARA

(35) [quando] mudou-se de armas e bagagens PARA a Casa Branca.

Preposição EM

(36) Ao chegar EM Luanda encantei-me com o mar.

Assim como apontamos para os dados de (23) a (32), o conjunto de dados selecionados a partir do “Jornal de Angola” também envolvem o deslocamento da “figura” para um “ponto de referência”. Os verbos de movimento, como esperado, introduzem os sintagmas preposicionais.

No “Jornal de Angola” tivemos o uso das preposições com “traço conservador”, representadas por A (dados (33) e (34)) e PARA (dado (35)). Embora representada apenas com um dado, o uso “inovador” do complemento direcional introduzido pela preposição EM está presente no dado (36). Assim como no dado (28), apresentado anteriormente, aqui temos a substituição da preposição “a” pela preposição “em”, em contraste ao que é exigido pela regência do verbo “chegar” se considerarmos uma norma padrão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo preliminar, pudemos concluir que, no PA, o uso das preposições em verbos de movimento na modalidade escrita, mais afeita a uma certa normatividade e “conservadorismo”, aponta para um uso semelhante ao que foi já levantado para a modalidade oral, conforme trabalhos de Santos (2017) e Avelar (2017).

Essa aproximação entre a modalidade oral e escrita dá-se, principalmente, na alternância de preposições junto aos complementos direcionais de verbos de movimentos, com destaque à preposição "em", o que aponta estarmos diante de um traço inovador, nos termos de Avelar.

Pudemos concluir, também, que parece haver uma questão de diglossia presente na comunidade angolana em relação ao uso de diferentes normas dentro de um mesmo espaço. Há uma necessidade, portanto, de estender a pesquisa com um número maior e diferenciados de dados e tipo de corpus, além de uma análise quantitativa para se compreender, de fato, a extensão do uso das preposições em situações em que a língua é considerada de uso culta ou formal, seja na modalidade oral ou escrita.

REFERÊNCIAS

AVELAR, Juanito. Gramática, competição e padrões de variação: casos com ter/haver e de/em no português brasileiro. *Revista de Estudos da Linguagem*, 14, p.99-144, 2006.

AVELAR, Juanito. Complementos direcionais em afro-variedades de português e espanhol. *Moderna Sprak*, p. 15-44, 2017.

AZEREDO, José Carlos. Gramática Houaiss da língua portuguesa. São Paulo: Parábola, 2021.

BERNARDO, Ezequiel. Norma e variação linguística: implicações no ensino da língua portuguesa em Angola. *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, n.32, p. 39-54, 2017.

CÁ, Lourenço Ocuni. Cultura escolar e os povos coloniais: a questão dos assimilados nos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP). *Revista ETD*, Campinas, v.13, n.1, p.207-224, 2011.

CASTILHO, Ataliba. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CHAVAGNE, J-P. *La langue portugaise d'Angola*. Etudes des écarts par rapport à la norme européenne du portugais. Université de Lyon. Tese de doutoramento, 2005.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

FARACO, Carlos Alberto. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Rentao. O verbo. In: ILARI, Rodolfo (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil – vol. III: palavras de classe aberta*. São Paulo: Contexto, 2014, p.65-242.

ILARI, Rodolfo *et al.* A preposição. In: ILARI, Rodolfo (org.). *Gramática do português culto falado no Brasil*: vol. IV: palavras de classe fechada. São Paulo: Contexto, 2015, p. 163-310.

INVERNO, Liliana. A transição de Angola para o português vernáculo: estudo morfossintático do sistema nominal. In: CARVALHO, Ana Maria (Ed.). *Português em contato*. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt: Editorial Vervuet, 2009, p.87-106.

LIBERATO, Ermelinda. Avanços e retrocessos da educação em Angola. *Revista Brasileira de Educação*, v.19, n.59, p.1003-1031, 2014.

LIMA, Monique Débora; VIEIRA, Silvia. Introdução. In: VIEIRA, Silvia; LIMA, Monique Débora. *Variação, gêneros textuais e ensino de Português*: da norma culta à norma-padrão. Rio de Janeiro: Letras UFRJ, 2019, p. 8-16.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

MIGUEL, Maria Helena. *Dinâmica da pronominalização no português de Luanda*. Luanda: Editorial Nzila, 2003.

MIGUEL, Maria Helena. A língua portuguesa em Angola: normativismo e glotopolítica. *LUCERE 5*, Luanda, ano 4, p.35-48, 2008.

MILLER, Joseph. A economia política do tráfico angolano de escravos no século XVIII. In: PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flávio. *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p.11-67.

MINGAS, Amélia. Português em Angola: reflexões. *VIII Encontro das Universidades de Língua Portuguesa*. Comunicação oral. 1998.

MINGAS, Amélia. Interferência do kimbundu no português falado em Lwanda. Porto: Campo das Letras, 2000.

MOLLICA, M.C. A regência verbal do verbo ir em movimento. In Silva, Gisele Machline & Marta Scherre (orgs.). *Padrões sociolinguísticos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p.85-119.

NORÉ, Alfredo; ADÃO, Áurea. O ensino colonial destinado aos “indígenas” de Angola. Antecedentes do ensino rudimentar instituído pelo Estado Novo. *Revista Lusófona de Educação*, n.1, p.101-126, 2003.

OLIVEIRA, Luciano Amaral de. *Coisas que todo professor de português precisa saber: a teoria na prática*. São Paulo: Parábola, 2010.

OLIVEIRA, Marilza de. A preposição a no Português Moçambicano. *Comunicação apresentada no 53º Seminário do GEL*, UFSCar, São Carlos, 2005.

PETTER, Margarida. As línguas no contexto social africano. In: PETTER, Margarida (Org.). *Introdução à linguística africana*. São Paulo: Contexto, 2015, p.193-219.

PIRES, M. E. *A sintaxe de constituintes locativos no PB: restrição e predicação*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2010.

RUI, Manuel. *Quem me dera ser onda*. Edições Cotovia: Lisboa, 1991.

SANTOS, Eduardo Ferreira dos. A língua portuguesa como variedade nacional em Angola. In: SOUSA, Sweder; OLMO, Francisco Calvo del (Orgs.). *Línguas em português: a lusofonia numa visão crítica*. Porto: U. Porto Press, 2020, p. 43-57.

SANTOS, M.R.P. Um estudo sobre a regência do verbo ir. In: TEIXEIRA, E.P. & ARAUJO, S.S.F. *Diálogos entre Brasil e Angola: o português daqui e dali*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2017, p. 145-173.

SEVERO, Cristine & MAKONI, Sinfre. *Políticas linguísticas Brasil-África: por uma perspectiva crítica*. Florianópolis: Insular, 2015.

TORRES MORAIS, Maria Aparecida; BERLICK, Rosane de Andrade. “Eu disse pra ele” ou “disse-lhe a ele”: a expressão do dativo nas variedades brasileira e europeia do português. In: CASTILHO, Ataliba et al (Orgs.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. São Paulo: Pontes/FAPESP, 2007, p.61-74.

VENÂNCIO, J.C. *A economia de Luanda e Hinterland no século XVIII : um estudo de sociologia histórica*. Lisboa : Editorial Estampa, 1996.

ZAU, Domingos. *A língua portuguesa em Angola*. Um contributo para o estudo da sua nacionalização. Tese de doutorado. Universidade da Beira Interior, 2011.